

LEITURA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

READING IN SPECIAL EDUCATION IN ELEMENTARY SCHOOL

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.028-007>

Aniceia Pereira do Nascimento

Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Intervale, Licenciatura em Informática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e Licenciatura em Educação Especial pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI) e atualmente concluinte do curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês (FAVENI)

Possui especializações em: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ao Mundo do Trabalho (Universidade Federal do Piauí – UFPI), Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (UFPI), Educação do Campo (IFPA), Gestão e Administração Escolar (Faculdade Intervale), Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Infantil (FAVENI), Docência na Educação Profissional de Nível Técnico, Educação Especial, Educação Inclusiva e Altas Habilidades, e Docência do Ensino Superior (Faculdade Facuminas)

E-mail: aniceiapereira@hotmail.com

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/3752146961106096>

RESUMO

Falar sobre inclusão é um tópico cada vez mais difundido que gera muitos seguidores. No entanto, continua sendo uma questão altamente controversa; existem muitas vozes que questionam seu escopo real, especialmente o sistema educacional afetado pelas inúmeras pressões que tendem a aliviar o que mostrar e não como alcançar níveis mais altos de equalização e igualdade de condições. Oportunidades para todos, uma situação que é desencadeada pelos resultados ou pelos padrões nacionais e internacionais conhecidos, em torno dos quais, por esses e muitos outros motivos, as necessidades dos alunos em geral são invisíveis, mas particularmente aqueles que estão em uma situação de deficiência. Dessa forma é abordada a inclusão e educação especial, o papel do pedagogo e os principais desafios no processo de inclusão. O objetivo geral deste trabalho é abordar a inclusão e o desafio da igualdade de direitos na educação. Os objetivos específicos são: apresentar um panorama sobre inclusão e educação especial, abordar o papel do pedagogo no processo de inclusão e descrever os principais desafios para a inclusão de alunos nas escolas regulares. Em relação a alunos com necessidades especiais, a inclusão escolar vai além da inserção em escolas regulares. Trata-se de um processo, o que indica movimento, dinâmica, reflexão e reestruturação. Os profissionais que lidam com esse processo devem estar atentos às idiossincrasias dos alunos, reavaliando as próprias posturas, técnicas e ações para que esses estudantes estejam cada vez mais incluídos no universo escolar.

Palavras-chave: Inclusão; Necessidades especiais; Educação inclusiva.

ABSTRACT

Talking about inclusion is an increasingly widespread topic that generates more and more followers. However, it remains a highly controversial issue; There are many voices that question its real scope, especially the educational system affected by the numerous pressures that tend to alleviate what to show and not how to achieve higher levels of equalization and equality of conditions. opportunities for all, a situation that is triggered by known national and international outcomes or standards, around which, for these and many other reasons, the needs of students in general are invisible, but particularly those who are



in a situation of disability. In this way, inclusion and special education, the role of the pedagogue in the inclusion process and the main challenges in the inclusion process are addressed. The general objective of this work is to address inclusion and the challenge of equal rights in education. The specific objectives are: to present an overview of inclusion and special education, address the role of the pedagogue in the inclusion process and describe the main challenges for the inclusion of students in regular schools. In relation to students with special needs, school inclusion goes beyond inclusion in regular schools. It is a process, which indicates movement, dynamics, reflection and restructuring. Professionals who deal with this process must be attentive to students' idiosyncrasies, reevaluating their own postures, techniques and actions so that these students are increasingly included in the school universe.

Keywords: Inclusion; Special needs; Inclusive education.



1 INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9394/96) estabelece, entre outros princípios, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e recomenda que a educação para “educando com necessidades especiais” ocorra, de forma preferencial, na rede regular de ensino. Além das questões da normatização, se tem notado, em nossa sociedade, durante os últimos anos, velozes e intensas transformações com modificações fundamentais. Uma delas é a quantidade de discussão que tem sido gerada em referência a exclusão social, configurando-se por exclusão social qualquer situação ou condição social de carência, problemas de acessibilidade, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer sentido.

Na história educacional brasileira, no discurso de ciência, questões de modernidade e racionalidade se mostram inseridas também no início da educação especial. A crença nas “potencialidades inatas” fundamentou um pensar meritocrático, visto no nosso passado educacional e inclusive nos meios sociais atuais. A assistência à educação especial tem caminhado a passos lentos em um período inicial, totalmente assistencialista, de forma a promover o bem-estar do indivíduo com deficiência, para um segundo momento, em que se priorizam questões médicas e psicológicas, alcançando as instituições educacionais escolares e promovendo a inserção da educação especial no sistema geral de ensino.

A Pedagogia por sua vez, é uma ciência que tem como objeto de estudo a teoria e a prática da educação. A educação é uma prática social responsável pela humanização dos indivíduos, constituindo-os como seres humanos e sociais. Cabe à Pedagogia estudar os fatores que influenciam essa formação humana. O papel do Pedagogo é atuar nas instâncias que requerem práticas educativas que têm como finalidade a formação humana incluindo a educação de inclusão.

Dessa forma, para desenvolver a pesquisa, busca-se responder a seguinte pergunta: quais os desafios do ensino de leitura para inclusão de crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino?

O objetivo geral deste trabalho é abordar o ensino de leitura para inclusão de crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino fundamental. Os objetivos específicos são: apresentar um panorama sobre inclusão e educação especial, abordar o papel do pedagogo no processo de inclusão e descrever os principais desafios para a inclusão de alunos nas escolas regulares.

A pesquisa se trata de uma revisão bibliográfica que foi conduzida utilizando bases de dados acadêmicas, como PubMed, Scopus, ERIC, Google Scholar, entre outras, bem como bibliotecas digitais e periódicos científicos relevantes na área da educação inclusiva e da pedagogia. As palavras-chave utilizadas na busca incluíram termos relacionados ao ensino de leitura (“ensino de leitura”, “alfabetização”, “letramento”), à inclusão de crianças com necessidades especiais (“crianças com necessidades especiais”, “inclusão escolar”, “diversidade”, “educação inclusiva”) e ao ensino fundamental (“rede regular de ensino fundamental”, “educação básica”).



Foram selecionados artigos científicos, estudos de caso, pesquisas empíricas e revisões sistemáticas publicados em periódicos de relevância na área, bem como livros e documentos oficiais, como diretrizes curriculares e legislação relacionada à educação inclusiva. Após a seleção dos artigos, os dados relevantes foram extraídos e organizados de acordo com as principais temáticas identificadas na literatura revisada. Serão destacados os principais conceitos, teorias, métodos, resultados e conclusões relacionados ao ensino de leitura para crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino fundamental.

Em 2004, o Ministério Público Federal fez a publicação do artigo *O Acesso de alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o intuito de fazer a disseminação dos conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, de maneira a reafirmar os direitos dos estudantes que possuem ou não deficiência se escolarizarem nas classes normais do ensino regular (Brasil, 2010, p. 14).

Ter uma atenção direcionada para a inclusão de alunos com deficiência se afirma ser um tema com muitos desafios e muito importante que resulta em reconhecer que existe diversidade nas instituições escolares. A inclusão voltada para a escola não é feita somente matriculando os indivíduos com deficiência em instituições de ensino regular, mas, garantindo que este aluno participe, envolva-se nas atividades escolares, usando das mais variadas possibilidades para adquirir o aprendizado.

2 DESENVOLVIMENTO

Atualmente, falar sobre inclusão é um tópico cada vez mais difundido que gera cada vez mais seguidores. No entanto, continua sendo uma questão altamente controversa; existem muitas vozes que questionam seu escopo real, especialmente o sistema educacional afetado pelas inúmeras pressões que tendem a aliviar o que mostrar e não como alcançar níveis mais altos de equalização e igualdade de condições. oportunidades para todos, uma situação que é desencadeada pelos resultados ou pelos padrões nacionais e internacionais conhecidos, em torno dos quais, por esses e muitos outros motivos, as necessidades dos alunos em geral são invisíveis, mas particularmente aqueles que estão em uma situação de deficiência. Dessa forma é abordada a inclusão e educação especial, o papel do pedagogo no processo de inclusão e os principais desafios no processo de inclusão.

2.1 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Segundo Rodrigues (2016), desde o início do debate em Educação Especial, este estava intimamente ligado às ciências médicas e psicologia. A partir dessa abordagem (médico-psicológica), iniciou-se o estudo e a descrição dos déficits, determinando as categorias de classificação de acordo com a etiologia, com o objetivo principal de “curar ou corrigir”, um déficit ou condição patológica. Ao longo dos anos e tomando como referência a contribuição psicológica, buscamos apoiar crianças e jovens com base em suas particularidades e no déficit diagnosticado e definido. Essas duas formas de ver as necessidades



especiais tiveram seu auge nas décadas de 40 e 60, anos em que é construída uma forma de atendimento às crianças com deficiência, altamente segregativa, onde eram tratadas em centros e instituições especiais, separados de escolas regulares (ONU, 1994).

Segundo Mantoan (2006), o tema de inclusão escolar vem gerando, tanto na academia quanto na própria sociedade, novas e calorosas discussões. Nos debates em relação a inclusão escolar, são revelados dados que se tornam ainda mais importantes neste período de afirmação de práticas e teorias que a fundamentam. Abordar esta nova realidade para o indivíduo com necessidade educacional especial tem o significado de compreender que é possível se desenvolverem e socializar de maneira muito satisfatória, quando os mesmos passam a ser olhados como indivíduos capazes de estar participando de um universo constituído para pessoas com habilidades e competências.

Alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles cujas necessidades educacionais individuais não podem ser resolvidas com os meios e recursos que o professor geralmente usa para responder às diferenças individuais de seus alunos e que precisam ser atendidos por ajustes, recursos ou medidas pedagógicas especiais. Conclui-se que o sistema educacional deve fornecer os recursos humanos, técnicos e materiais necessários para atender às oportunidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, além de orientação técnica para alcançar um aprendizado de qualidade (Rodrigues, 2016).

Apesar de que o histórico da educação de indivíduos com algum tipo de deficiência demonstre mudanças na história da sociedade adicionados de seus movimentos e contradições. Em relação a alunos com deficiência ou necessidades especiais, a inclusão escolar vai além da inserção em escolas regulares. Trata-se de um processo, o que indica movimento, dinâmica, reflexão e reestruturação. Os profissionais que lidam com esse processo devem estar atentos às idiossincrasias dos alunos, reavaliando as próprias posturas, técnicas e ações para que esses estudantes estejam cada vez mais incluídos no universo escolar (Lacerda, de Aquino Albres, dos Santos Drago, 2013).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 9394 de 1996, em seu capítulo V, define a educação especial e estabelece as condições de seu oferecimento em seu artigo 58º:

Art. 58º - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º - A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (Brasil, 1996, p.21).



Já o artigo 59 cita a obrigação das instituições escolares de oferecer ao aluno incluso, metodologias e técnicas diversificadas que o ajudem a se desenvolver, profissionais capacitados que consigam ajudar no processo de ensino-aprendizagem dos indivíduos que precisam de uma educação diversificada e ao acesso de maneira igualitária dos estudantes incluídos em programas sociais vinculados ao ensino regular.

A educação inclusiva é baseada nos mesmos fundamentos da educação regular, com base em todas as crianças de uma determinada comunidade que aprendem juntas, independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais. Segundo Rodrigues (2016), pensar sobre educação de forma inclusiva é preponderante na sociedade atual. Portanto, um dos maiores desafios da educação é realizar o direito de todas as crianças e jovens de ter acesso a uma educação de qualidade e justa para todos, o que responde às suas necessidades individuais de aprendizagem e, ao mesmo tempo, considere uma estrutura curricular comum.

Cruz e Glat (2014) descreve princípios fundamentais para a eficácia da inclusão escolar. Um deles é o acesso para todos os alunos, ou seja, a igual oportunidade de acesso à escola e de desenvolvimento de suas habilidades e necessidades. O professor precisa conhecer o seu aluno, bem como todos os fatores que tornam aquela criança única. Ele deve propiciar que o aluno seja aceito por seus colegas e valorizar as capacidades desse estudante. Outro ponto destacado pelo autor é que a prática dos professores deve ser reflexiva, no sentido de constante reavaliação para motivar a participação e o envolvimento de todos os estudantes.

Nesse ponto, salienta-se a necessidade de tornar significativa a experiência escolar dessas crianças. A experiência de inclusão escolar bem-sucedida ocorre, inevitavelmente, com o esforço e envolvimento do professor, do aluno e de todos os outros atores escolares.

2.2 O PAPEL DO PEDAGOGO NO PROCESSO DE INCLUSÃO

O mundo contemporâneo para alguns autores denominado de sociedade pós-moderna, pós-industrial ou pós-mercantil, ou ainda modernidade tardia traz elementos desafiadores para a formação e a atuação do professor.

Vive-se num período que exige a redefinição de alguns papéis em nossa sociedade, entre eles o do professor. O mundo contemporâneo está marcado por mudanças a cada dia colocando a profissão do professor em constantes desafios, questionando sua identidade no cenário atual, ora rompendo modelos ora impondo novas demandas. Dentre os elementos que marcam a contemporaneidade e trazem consequências para a profissão docente, destacamos: globalização e neoliberalismo, novas tecnologias de comunicação e informação, reestruturação produtiva, diversidade cultural e diversidade de alunos com as mais diversas condições especiais ou não.



As funções do pedagogo percorreram um longo caminho, embasado tanto legal quanto de forma cultural, com o objetivo de formação de um profissional que suprisse a demanda de cada período econômico e político em que a sociedade estava inserida, pois, é fato que a economia move a sociedade e determina o modelo do estado, a política que por sua vez, faz a imposição de uma educação que seguirá seu curso.

Segundo Libâneo (1998), são identificadas algumas características da realidade contemporânea sob a ótica do capitalismo, são elas: no plano socioeconômico as consequências da globalização excluindo os direitos básicos de moradia, trabalho, saúde e educação. No plano cultural e ético-político, o neoliberalismo e o individualismo trazendo exclusão social. No plano educacional, o dualismo educacional diferenciando uma escola para ricos e uma escola para pobres, afetando a qualidade da educação.

É importante salientar no processo de ensino-aprendizagem (EA) a relevância do aprender fazendo, do aprender a aprender, do interesse, da experiência e da participação como base para a vida em sociedade. As pedagogias modernas têm se direcionado para a aprendizagem ativa, o trabalho coletivo, a participação, a pesquisa e da construção do conhecimento.

Como principais instigações à profissionalização do professor destacam-se a qualificação pedagógica e a sua conexão com metodologias de ensino inovadoras e progressistas. Candau (2000) considera a exigência de se reinventar a didática escolar. Nas redes de ensino, sejam públicas ou particulares, predomina a forma de ensino tradicional, a disposição da sala de aula segue a mesma organização em filas, os alunos são vistos como homogêneos e padronizados. A autora afirma que é preciso desnaturalizar e desconstruir a prática pedagógica e favorecer a pluralidade dos alunos considerando suas experiências individuais e ao mesmo tempo coletivas trabalhando na perspectiva multidimensional e plural de ensino.

Apostar na diversidade é outro ponto a ser enfrentado pela Didática no momento atual, segundo Candau (2000). A autora refere-se ao caráter monocultural da prática escolar, hoje amplamente questionado. É urgente imprimir dinamicidade, flexibilidade, diversificação ao trabalho escolar a fim de favorecer que diferentes leituras da realidade, formas de expressão diversas, e a construção de uma perspectiva crítica plural possam ter espaço para se manifestar nas práticas curriculares. Tal mudança:

A agenda proposta por Candau (2000) para uma Didática articulada com as emergências contemporâneas inclui também revisitá tempos clássicos da Didática como planejamento, metodologia, avaliação, questões de disciplina e violência, concepções pedagógicas, que são elementos que segundo a autora materializam o ensino, por isso necessitam ser repensadas e retrabalhadas no contexto dos desafios já apresentados e a partir das práticas pedagógicas do dia a dia a escola.

A identidade docente vem sendo discutida ao longo do tempo, ser professor hoje não é o mesmo de antigamente, ou seja, a identidade docente passa por diversas mudanças e transformações em cada período histórico diante dos desafios que surgem sobre a profissão docente. Novos problemas vão surgindo, novos



significados, novas representações vão se definindo ou redefinindo, é um território sem fronteiras. Um dos desafios atuais, é a inclusão de alunos com deficiência em salas de aula do ensino regular e a correta prática docente considerando esta diversidade nas classes.

A formação como base para uma Educação Inclusiva de qualidade é necessária para um perfeito desenvolvimento da educação. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº9394/96, os professores devem ter uma formação inicial em cursos superiores de licenciatura.

Segundos os estudos realizados por Pimentel (2012, p. 139), “os professores da escola básica se consideram despreparados para o trabalho com estudantes com deficiência”. Essa percepção de incapacidade pode ser reflexo de uma formação inicial com déficit, na qual não tiveram abordadas as competências e as habilidades necessárias para uma educação inclusiva.

Concordando com Pimentel (2012, p. 148), “embora haja ampliação de abordagem no currículo da Pedagogia, ainda assim reconhece-se que estes saberes não são suficientes para a construção de práticas inclusivas na escola”. Isso acontece pois, perante a diversidade encontrada nas classes de aulas, somente com uma formação continuada e que procure sempre a pesquisa, esse docente estará se preparando de maneira apropriada para o atendimento das necessidades de seus alunos.

Pimentel (2012) diz que é preciso estar incluído no Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições escolares meios que garantam situações de formação em serviço, os quais podem contribuir para valorizar os profissionais da educação. A autora ainda diz que essa forma de estudo em serviço (...) deve ter caráter de direito e dever do docente, deve ter remuneração, ser ininterrupta e abranger temas específicos e pertinentes em relação as questões que surgem no contexto da prática pedagógica que se desenvolve nas salas de aulas.

2.3 DESAFIOS DO ENSINO DE LEITURA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

No entendimento de que a educação é um direito humano fundamental, é que o movimento “Educação para Todos” propôs para 2015 que todos tenham educação obrigatória, especialmente no nível primário. Essa reafirmação de que a comunidade mundial faz da consagração da educação um direito humano, a posiciona como um elemento-chave do desenvolvimento sustentável, da paz e da estabilidade de cada país e entre nações, essa representação definitivamente exige a superação de qualquer tipo de discriminação no acesso à educação e aprendizagem. Do ponto de vista dos direitos, a inclusão educacional constitui uma preocupação universal, sendo visualizada como uma estratégia central para abordar as causas e consequências da exclusão escolar (UNESCO, 2008). Nesse sentido, a valorização da diversidade e sua consideração no desenho e implementação do currículo escolar são o ponto de partida para impedir que as diferenças se tornem desigualdades educacionais entre os alunos.



Embora as estruturas curriculares dos países demonstrem um importante avanço na questão da explicação de um sistema educacional acessível e para o qual geraram diferentes mecanismos normativos, juntamente com o levantamento de planos e programas especiais, é aconselhável atender a uma estrutura e organização escolar na qual a "Educação Especial" é, de fato, uma modalidade transversal, colaborando com o processo educacional de todos os alunos que apresentam necessidades específicas de apoio durante a carreira escolar, mudando a visão atual em que grande parte da responsabilidade é atribuída da educação de alunos com deficiência ou que apresentem alguma dificuldade (Vioto; Vitaliano, 2019).

O exposto acima pode ser a base para uma reorganização da estrutura organizacional do sistema educacional, onde a transversalidade dos apoios faz parte dos órgãos responsáveis pelas políticas educacionais, até atingir as orientações específicas derivadas dos estabelecimentos de ensino.

Diante desse novo cenário, o da inclusão, a comunidade escolar tem pelo menos a tarefa de refletir sobre o lugar ocupado pela inclusão de alunos com deficiência na sala de aula, não é relevante pensar que o endosso de leis e decretos será o suficiente para proteger o direito à educação, por um lado e, por outro, acreditar que é suficiente com a incorporação dessa população na sala de aula, o relevante é, em última análise, quais são as oportunidades, sob quais condições e com quais recursos geramos esses espaços de acesso e participação que oferece aos alunos a oportunidade de aprender em igualdade de condições com os demais alunos de sua turma (Carneiro; Uehara, 2016).

Além de problemas que desfavorecem a inclusão na instituição de ensino, a cultura de inexistência de conhecimento favorece a exclusão de vários alunos na escola que ficam de lado. Algumas vezes ainda ocorre o impedimento do acesso de indivíduos com deficiência na escola de ensino regular, pois algumas pessoas fazem a suposição de que os estudantes com deficiência precisam de institutos exclusivos, isolados, especiais. Para que o direito de se matricular em uma escola regular dos indivíduos com deficiência seja garantido surgem leis, decretos e portarias para que todos tenham acesso ao ensino (Estabel; da Silva Moro, 2011).

Uma das fragilidades mais significativas na concepção e construção de programas de incentivo à leitura é a falta de reflexão sobre questões teóricas, metodológicas, políticas e culturais relacionadas ao exercício da leitura em diferentes contextos e populações. Dessa forma, sugere explorar as diversas metáforas e representações sociais elaboradas por seus diversos agentes, com o objetivo de esclarecer a intenção, o significado e a relevância que tal proposta adotará (Vioto; Vitaliano, 2019).

É preciso colocar uma definição clara e precisa de leitura, para compreender suas representações e formas de apropriação dela por diversos grupos historicamente excluídos desse direito. A leitura como prática cultural exige deslocar nossa atenção para diferentes formatos, contextos e características que cada grupo pode exigir. Nesse sentido, Siqueira e De Mesquita (2016), contribui ao identificar cinco metáforas em torno da leitura:



- Leitura como formação: reforça a concepção de que a experiência da leitura deixa lições para a vida e proporciona moral. Para Siqueira e De Mesquita (2016), essa dimensão desenvolve o sentido ético da leitura.
- A leitura como elemento informativo e seu valor instrumental: a leitura é vista como a principal finalidade da escolarização. Da mesma forma, é atribuído um valor mais alto, pois permite obter informações para o desenvolvimento de determinadas tarefas.
- A leitura como elemento de construção de subjetividade e identidade: esta dimensão descreve os efeitos da leitura na construção de identidades, significados e emoções dentro de uma determinada cultura. É um elemento crucial, pois permite observar as lutas de grupos excluídos em textos específicos.
- Ler como prazer: constitui o centro da experiência de leitura, ao reunir o estudo de interesses, hábitos e comportamentos de leitura. A sua principal motivação é tornar a leitura algo divertido, com várias formas de animação e participação. Inclui a dimensão prazer, motivação, gosto e dimensão afetiva da leitura. Supõe gozo, gozo e prazer, como forças-chave na promoção da aprendizagem.

As dimensões descritas acima têm como finalidade os usos sociais da leitura e sua relação com o empoderamento de grupos de cidadãos historicamente excluídos desse direito. No entanto, é importante destacar que, embora os programas de animação e promoção da leitura enfatizem uma dimensão lúdica e comunitária, eles enfrentam o desafio de politizar suas ações, com o objetivo de inverter os quadros de valores hegemônicos articulados pela cultura, sobre o que é ler e incentivar a leitura para as populações, onde isso não represente um caminho de acesso à participação cidadã, ou melhor, uma alavanca de mobilidade social. A compreensão dessas variáveis visa visualizar as barreiras enfrentadas por grupos de pessoas com deficiência, seus sistemas de resistência utilizados e rebaixamentos no momento de iniciar seu processo de formação leitora. Neste contexto, a educação para a leitura deve ser concebida como uma nova prática de animação cultural, através da qual não só as crianças e os jovens têm acesso a novos mundos e experiências, mas também procuram promover o seu empoderamento cidadão (Siqueira; de Mesquita, 2016).

Promover a leitura é também compreender como os diversos grupos de cidadãos se apropriam da cultura escrita, evidenciando seus processos, ações e contextos disponíveis para ela. A leitura é uma atividade cognitiva superior. O prazer de ler é diminuído em situações em que o leitor recebe comentários negativos, levando a um processo que pode cristalizar processos de plasticidade negativa, conforme discutido com maior profundidade nas páginas seguintes (Estabel; da Silva Moro, 2011).

Lendo a educação a partir da revisão das principais teorias que compõem sua visão multidisciplinar, reúne ações que não só acontecem na escola, mas também nos bairros, na rua e nas diversas ações dialógicas



das quais os sujeitos participam e forjam sua identidade e valor social. Propõe-se um campo sistêmico a partir da concepção dialógica para problematizar a leitura, os agentes relevantes que afetam a leitura e sua promoção. No caso das pessoas com deficiência, o incentivo à leitura deve visar a transformação da pessoa no mundo e em seu contexto mais imediato de desenvolvimento (Vioto; Vitaliano, 2019).

O ensino de leitura é um pilar fundamental na formação educacional de crianças do ensino fundamental, mas quando se trata do processo de inclusão de crianças com necessidades especiais, diversos desafios se apresentam. Esses desafios podem impactar tanto os alunos com necessidades especiais quanto os professores e o sistema educacional como um todo. Um dos principais desafios enfrentados no ensino de leitura para crianças com necessidades especiais é a heterogeneidade desses alunos. Cada criança possui características e necessidades específicas, o que demanda uma abordagem individualizada e adaptada para garantir o seu desenvolvimento pleno. Isso requer dos professores uma compreensão profunda das dificuldades de aprendizagem de cada aluno e a capacidade de oferecer estratégias diferenciadas de ensino (Mesquita, 2016).

A falta de recursos e suportes adequados nas escolas pode ser um obstáculo significativo. Muitas escolas não estão preparadas para oferecer o suporte necessário para crianças com necessidades especiais, seja em termos de materiais didáticos adaptados, estrutura física acessível ou formação adequada para os professores. Isso pode dificultar ainda mais o processo de ensino e aprendizagem (Pedroso, 2013).

Outro desafio importante é a resistência à mudança por parte de alguns professores e gestores escolares. A inclusão de crianças com necessidades especiais requer uma mudança de paradigma na forma como a educação é concebida e praticada, o que nem sempre é fácil de ser implementado. Muitos professores podem se sentir despreparados ou sobre carregados com as demandas adicionais trazidas pela inclusão, o que pode afetar negativamente a qualidade do ensino oferecido (Mesquita, 2016).

Ensinar leitura no processo de inclusão de crianças no ensino fundamental requer abordagens pedagógicas diferenciadas e estratégias adaptadas para atender às necessidades individuais de cada aluno. É necessário criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde todas as crianças se sintam valorizadas e capazes de participar ativamente das atividades de leitura. Antes de iniciar o ensino da leitura, é essencial realizar uma avaliação individualizada das habilidades e necessidades de cada criança. Isso ajudará os educadores a identificar quais estratégias e recursos são mais adequados para cada aluno, garantindo uma abordagem personalizada (Ferraz; dos Santos, 2017).

Os materiais de leitura devem ser adaptados para atender às diferentes necessidades dos alunos. Isso pode incluir o uso de livros com letras grandes, imagens claras e texto simplificado para crianças com dificuldades de visão ou cognitivas. Além disso, materiais digitais acessíveis, como áudio livros e softwares de leitura, podem ser utilizados para oferecer suporte adicional. O ensino da leitura pode ser enriquecido por meio de abordagens multissensoriais, que envolvem diferentes sentidos no processo de aprendizagem.



Isso pode incluir atividades que estimulem a audição, a visão, o tato e o movimento, como leitura em voz alta, jogos de palavras, atividades de escrita tátil e uso de recursos manipulativos (Vioto; Vitaliano, 2019).

Os educadores devem adotar uma abordagem diferenciada para o ensino da leitura, adaptando as estratégias de acordo com as necessidades individuais dos alunos. Isso pode envolver a utilização de diferentes métodos de ensino, materiais e avaliações para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e progredir. Professores, profissionais de apoio e especialistas em educação especial devem trabalhar em conjunto para oferecer um suporte abrangente aos alunos com necessidades especiais. A colaboração interdisciplinar pode envolver o desenvolvimento de planos de ensino individualizados, o compartilhamento de recursos e estratégias, e a avaliação contínua do progresso dos alunos (Carneiro; Uehara, 2016).

Por fim, é crucial criar um ambiente escolar inclusivo, onde todas as crianças se sintam bem-vindas e respeitadas. Isso inclui promover a aceitação da diversidade, combater o preconceito e o bullying, e garantir que os alunos com necessidades especiais tenham acesso a todas as oportunidades educacionais disponíveis. Ao implementar essas estratégias e práticas, é possível ensinar leitura de forma eficaz no processo de inclusão de crianças no ensino fundamental. É importante lembrar que a inclusão não se trata apenas de colocar crianças com necessidades especiais na mesma sala de aula, mas sim de garantir que elas tenham acesso a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades individuais (Ferraz; dos Santos, 2017).

É importante destacar os desafios emocionais e sociais enfrentados pelas crianças com necessidades especiais no processo de inclusão. O estigma, o preconceito e a falta de aceitação por parte dos colegas podem impactar negativamente a autoestima e o bem-estar emocional dessas crianças, dificultando o seu engajamento e participação na escola. Em suma, o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino de leitura no ensino fundamental enfrenta uma série de desafios que vão desde a heterogeneidade dos alunos até a falta de recursos e resistência à mudança por parte dos professores e gestores escolares. Superar esses desafios requer um compromisso coletivo de toda a comunidade escolar, bem como políticas públicas eficazes que garantam o acesso equitativo à educação para todos os alunos.

3 CONCLUSÃO

Ter uma atenção direcionada para a inclusão de alunos com deficiência se afirma ser um tema com muitos desafios e muito importante que resulta em reconhecer que existe diversidade nas instituições escolares. A inclusão voltada para a escola não é feita somente matriculando os indivíduos com deficiência em instituições de ensino regular, mas, garantindo que este aluno participe, envolva-se nas atividades escolares, usando das mais variadas possibilidades para que adquira o aprendizado. Globalmente, cada vez mais se está comprometido com uma educação inclusiva e a flexibilização dos currículos para permitir que



todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, mas na prática é evidente que não é tão fácil de implementar.

A educação na escola precisa se organizar em uma concepção inclusiva, por isso, os indivíduos com deficiência não necessitam ser atendidos somente em locais segregados e separados da instituição regular. A educação especial precisa ter seu conceito realizado pelo sistema educacional como uma abordagem humanística, democrática que nota o estudante com as suas individualidades. Cada vez mais, está aumentando a quantidade de alunos com deficiência nas escolas públicas de ensino regular, por isso, é necessário que seja assumida uma nova postura perante o processo de inclusão na escola. Uma postura afirmado o quanto é importante que os alunos em turmas heterogêneas interajam.

No mundo globalizado estão inseridas cada vez mais várias modificações de forma que coloca a profissão do professor em constante desafio, questionando sua identidade no cenário atual, algumas vezes fazendo a ruptura de modelos e outras fazendo a imposição de novas demandas. Dentre os elementos que marcam a contemporaneidade e trazem consequências para a profissão docente, destacam-se: globalização e neoliberalismo, novas tecnologias de comunicação e informação, reestruturação produtiva, diversidade cultural e diversidade de alunos com as mais diversas condições especiais ou não.

Em relação a alunos com necessidades especiais, a inclusão escolar vai além da inserção em escolas regulares. Trata-se de um processo, o que indica movimento, dinâmica, reflexão e reestruturação. Os profissionais que lidam com esse processo devem estar atentos às idiossincrasias dos alunos, reavaliando as próprias posturas, técnicas e ações para que esses estudantes estejam cada vez mais incluídos no universo escolar.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos Político - Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2010.

CAMPOS, M. L. I. L. Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes. **Coleção UAB– UFSCar**, p. 27, 2011.

CANDAU, V. M. (Org.). **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone; UEHARA, Flavia Maria. A inclusão de alunos público alvo da educação especial no ensino fundamental i através do olhar dos professores. **Revista Ibero-Americana de estudos em educação**, v. 11, n. 2, p. 911-934, 2016.

CRUZ, Gilmar de carvalho; GLAT, Rosana. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. **Educar em Revista**, v. 30, n. 52, p. 257-273, 2014.

ESTABEL, Lizandra Brasil; DA SILVA MORO, Eliane Lourdes. A mediação da leitura na família, na escola e na biblioteca através das tecnologias de informação e de comunicação e a inclusão social das pessoas com necessidades especiais. **Inclusão Social**, v. 4, n. 2, 2011.

FERRAZ, Adriana Satico; DOS SANTOS, Acácia Aparecida Angeli. Avaliação de habilidades relacionadas à compreensão de leitura no ensino fundamental. **Psico**, v. 48, n. 1, p. 21-30, 2017.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Cerreta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, n. Especial 2, p. 51-69, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; DE AQUINO ALBRES, Neiva; DOS SANTOS DRAGO, Silvana Lucena. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 65-80, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Profissão Professor ou Adeus Professor, Adeus Professora? Exigências educacionais contemporâneas e novas atitudes docentes. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e Profissão Docente**. SP, Cortez: 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática: Objeto de Estudo, Conceitos Fundantes e Derivações para o Campo Investigativo e Profissional**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 49-63, 2013.

MESQUITA, Guida. O processo de alfabetização de uma criança com deficiência intelectual no 1º ano do ensino fundamental. **Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, v. 1, p. 257-270, 2016.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Revista Diálogos & Saberes**, v. 8, n. 1, 2012.



ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais.** 1994. Brasília. Recuperado em, v. 12, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

PEDROSO, Cristina Cinto Araujo; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez; DUARTE, Márcia. Formação de professores e educação inclusiva: análise das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. **Educação Unisinos**, v. 17, n. 1, p. 40-47, 2013.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão: Saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 139-155.

RODRIGUES, Irene Elias. **Educação inclusiva**. Paco Editorial, 2016.

SIQUEIRA, Katyanne Koberstein; DE MESQUITA, Patricia Paiva. A leitura no processo de inclusão educacional de alunos deficientes físicos: uma análise bibliográfica. **Revista Decifrar**, v. 4, n. 7, p. 179-179, 2016.

UNESCO. (2008). Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos. Escritório Regional de Educação para América Latina e Caribe (Orealc/UNESCO Santiago). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001505/150585por.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2024.

VITALIANO, Celia Regina. O papel da gestão pedagógica frente ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. **Dialogia**, p. 47-59, 2019.